



# Modelo computacional do SIN compromete planejamento, diz Acende Brasil



**Autor**

Rodrigo Polito

**Publicado**

03/Mar/2022 14:16 BRT

**Categoria**

Política Energética

O planejamento energético do país está fragilizado por limitações dos modelos computacionais utilizados atualmente. A constatação é do Instituto Acende Brasil, que propôs o aperfeiçoamento do modelo que indica a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), em contribuição feita no processo de consulta pública sobre a minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2031.

“O planejamento permanece fragilizado por limitações dos modelos computacionais atualmente empregados. É crucial que nos próximos anos haja uma migração para programas computacionais que permitam uma modelagem: de todas as usinas de forma individualizada; que considere as suas respectivas funções de produção completas (principalmente com relação à variação da produtividade hidrelétrica em função do nível dos reservatórios hidrelétricos); e que também permitam incorporar uma representação mais precisa do sistema de transmissão”, afirma o Acende Brasil em sua contribuição.

Entre os aspectos positivos, o instituto reconheceu que o PDE 2031 apresentou inovações importantes, como a definição dos requisitos do sistema com base nos quatro critérios de garantia de suprimento; a incorporação de restrições hidrelétricas; e a comparação do caso de referência com a “Rodada Livre” (expansão puramente pelo mercado), na qual a expansão tem como referência o menor custo, desconsiderando, portanto, premissas de política pública que são inseridas no caso de referência por meio de restrições adicionais.

“Esses avanços são importantes para representar o sistema elétrico de forma mais fidedigna e para avaliar o custo-benefício das políticas energéticas propostas”, informou o Acende Brasil.

O instituto, no entanto, indicou ainda alguns pontos que, em sua visão, carecem de aperfeiçoamentos. Entre eles, o PDE deve passar a incluir as justificativas para cada uma das políticas energéticas introduzidas no cenário de referência, incluindo uma análise de custo-benefício. Esta análise de custo-benefício, por sua vez, precisa quantificar o custo associado à cada política por meio de comparação com o custo na Rodada Livre e incorporar uma arguição do Ministério de Minas e Energia com as razões que sustentam a hipótese de que os benefícios esperados de cada política superarão os seus custos adicionais.